



A narrativa dos **Territórios de Vida** em contraposição aos projetos de morte orientou os debates e mobilizações, evidenciando o conflito entre modos de vida sustentáveis e as dinâmicas corporativas que violam direitos e degradam ecossistemas. A defesa da soberania e autonomia fundiária emergiu como elemento central, destacando a importância do controle comunitário sobre a terra e os bens comuns.

Outro ponto relevante foi o fortalecimento da Vigilância Popular do Território, entendida como prática de resistência e proteção, onde comunidades monitoram, denunciam e enfrentam violações socioambientais. Esse processo se conecta diretamente com estratégias de base, construídas a partir das realidades locais.

Ao integrar experiências e fortalecer redes, a Cúpula dos Povos reafirmou seu papel como **espaço de convergência política, resistência e denúncia** a falsas soluções de capital para a crise climática, e de proposição de caminhos que coloquem a vida no centro das decisões.

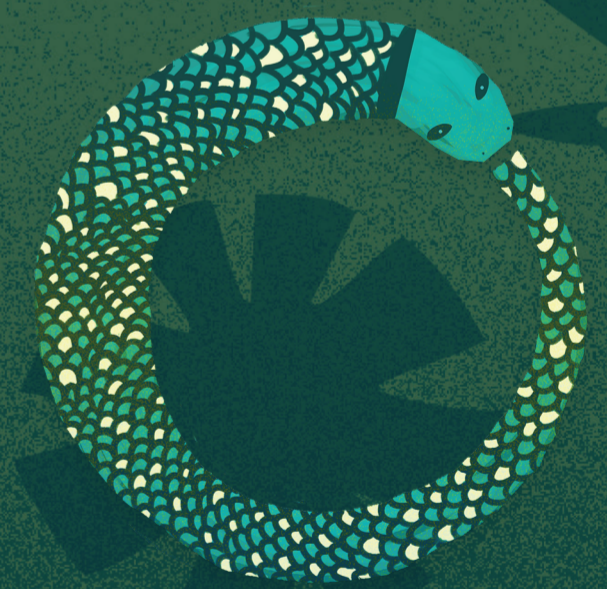
A Cúpula dos Povos foi um processo histórico de convergência que reuniu mais de 600 movimentos sociais e organizações durante dois anos e culminou em Belém do Pará, de 12 a 16 de novembro de 2025, onde se reuniram mais de 25 mil pessoas para articular uma visão de mudança sistêmica, integral, como um **contraponto crítico e independente da COP 30**, que ocorreu no mesmo momento e local. Esta visão manifesta-se materialmente, por exemplo, na produção agroecológica e nas Cozinhas Solidárias aliando trabalhadoras do rural e do urbano em política pública. Nossa mobilização, articulada desde o bioma Pampa até a Amazônia, expressa a diversidade de contextos e a busca por unidade política dos territórios na luta por direitos. A delegação diversa da **Amigas da Terra Brasil - ATBr**, juntamente com parceiras e companheiros internacionais de diversos países da **Federação Friends of the Earth International (Amigas da Terra Internacional)** marchou, cantou, aprendeu e debateu, contribuindo para os eixos temáticos da Cúpula.

DESDE A PAMPA ATÉ A AMAZÔNIA, TERRITÓRIOS DE VIDA RESISTINDO AOS PROJETOS DE MORTE!



MUDAR O SISTEMA QUE MUDOU O CLIMA

amigasdaterrabrasil.org.br



AMIGAS DA TERRA BRASIL

NA CÚPULA DOS POVOS COP30

DA PAMPA À AMAZÔNIA



E PARA O MUNDO

GOPS NA AMÉRICA LATINA, POUCAS AS BOAS DE LEMBRAR

PLENÁRIAS DA CÚPULA DOS POVOS NO RS

- ACADEMIA
- ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA
- INDÍGENAS
- MOVIMENTOS SOCIAIS
- ORGANIZAÇÕES AMBIENTAIS
- PECUARISTAS FAMILIARES
- PESCADORES ARTESANAIS
- QUILOMBOS
- SINDICATOS

ACESSE PARA MAIS MATERIAIS DAS PLENÁRIAS DO RS



SOBERANIA DOS POVOS, GARANTIA DOS TERRITÓRIOS

AGRONEGÓCIO VERDE = CARBONO SUJO

MUDAR O SISTEMA QUE MUDOU O CLIMA

JUSTIÇA CLIMÁTICA SEM DEMOCRACIA É CAPITALISMO DO DESASTRE

JUSTIÇA AMBIENTAL: CIDADE SEM RISCO COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

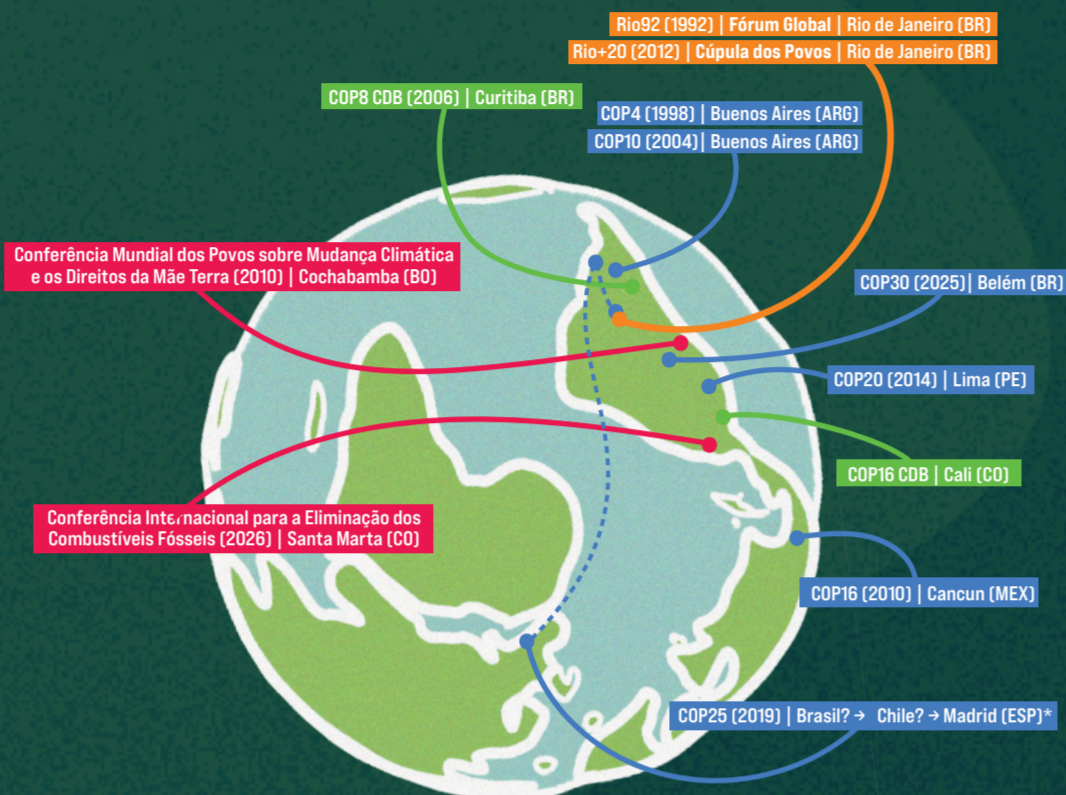
BELÉM, PA
Sede da Cúpula dos Povos e COP30 (2025)

ALGUMAS DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES EM QUE PARTICIPAMOS:

- 12.NOV | BARQUEATA/MARCHA DOS BARCOS
- 13.NOV | PLENÁRIAS TEMÁTICAS
- 14.NOV | PLENÁRIAS TEMÁTICAS E ASSEMBLEIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
- 15.NOV | MARCHA MUNDIAL PELO CLIMA
- 15.NOV | LANÇAMENTO DA DECLARAÇÃO DE NYELÉNI
- 16.NOV | SESSÃO PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO DA CÚPULA DOS POVOS
- COMUNICAÇÃO
- COZINHA SOLIDÁRIA DA CÚPULA DOS POVOS
Preparou 21 mil refeições por dia, adquirindo 86 toneladas de alimentos agroecológicos e processando-os através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um plano de aquisição pública criado especialmente para o evento.

PLENÁRIAS TEMÁTICAS:

- EIXO I - Territórios e territórios vivos, soberania popular e alimentar**
- EIXO II - Reparações históricas, combate ao racismo ambiental, falsas soluções e ao poder corporativo**
- EIXO III - Transição justa, popular e inclusiva**
- EIXO IV - Contra as opressões, pela democracia e pelo internacionalismo dos povos**
- Eixo VI - Cidades justas e periferias urbanas vivas**
- Eixo V - Feminismo popular e resistência das mulheres nos territórios**



- Rio92 foi marco inicial das COPs | Rio+20 renovou e deu sequência 20 anos depois
- Conferências oficiais na América Latina*
- Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica
- Conferências não-oficiais, mas chamadas por governos progressistas

*A COP25, realizada em Madrid (Espanha) de 2 a 13 de dezembro de 2019, foi marcada pela mudança de sede após o Chile desistir devido a protestos sociais, mantendo contudo a presidência chilena. O Brasil retirou sua candidatura inicial para sediar o evento ainda em 2018.

ACESSE PARA RESUMO COMPLETO DA ATI NA CÚPULA



DEPOIS DE MAIS DE DOIS ANOS DE CONSTRUÇÃO COLETIVA E DE REALIZAR A CÚPULA DOS POVOS, AFIRMAMOS:

1. O modo de produção capitalista é a causa principal da crise climática crescente. Os principais problemas ambientais do nosso tempo são consequência das relações de produção, circulação e descarte de mercadorias, sob a lógica e domínio do capital financeiro e das grandes corporações capitalistas.

2. As comunidades periféricas são as mais afetadas pelos eventos climáticos extremos e o racismo ambiental. Enfrentam, por um lado, a ausência de políticas de infraestrutura e de adaptação. Por outro, a falta de ações de justiça e reparação, em especial às mulheres, jovens, pessoas empobrecidas e não brancas.

3. As empresas transnacionais, em cumplicidade com governos do norte global, estão no centro de poder do sistema capitalista, racista e patriarcal, sendo os atores que mais causam e mais se beneficiam das múltiplas crises que enfrentamos. As indústrias de mineração, energia, das armas, o agronegócio e as Big Techs são as principais responsáveis pela catástrofe climática em que vivemos.

4. Somos contrários a qualquer falsa solução a crise climática que venha a perpetuar práticas prejudiciais, criar riscos imprevisíveis e desviar a atenção das soluções transformadoras e baseadas na justiça climática e dos povos, em todos os biomas e ecossistemas. Alertamos que o TFFF, sendo um programa financeirizado, não é uma resposta adequada. Todos os projetos financeiros devem estar sujeitos a critérios de transparência, acesso democrático, participação e benefício real para as populações afetadas.

5. É evidente o fracasso do atual modelo de multilateralismo. São cada vez mais recorrentes os crimes ambientais e os eventos climáticos extremos que ocasionam mortes e destruição. Isto demonstra o fracasso das inúmeras conferências e reuniões mundiais que prometeram resolver esses problemas, mas nunca enfrentaram as suas causas estruturais.

6. A transição energética está sendo implementada sob a lógica capitalista. Apesar da ampliação das fontes renováveis, não houve redução nas emissões de gases de efeito estufa. A expansão das fontes de produção energética acabou por se configurar também como um novo espaço de acumulação de capital.

7. Finalmente, afirmamos que a privatização, mercantilização e financeirização dos bens comuns e serviços públicos contrariam frontalmente os interesses populares. Nestes marcos, as leis, instituições de Estado e a imensa maioria dos governos foram capturados, moldados e subordinados à busca do lucro máximo pelo capital financeiro e pelas empresas transnacionais. São necessárias políticas públicas para avançar na recuperação dos Estados e enfrentar as privatizações.

FRENTE A ESSES DESAFIOS, PROPOMOS:

1. O enfrentamento às falsas soluções de mercado. O ar, as florestas, as águas, as terras, os minérios e as fontes de energia não podem permanecer como propriedade privada nem serem apropriados, porque são bens comuns dos povos.

2. Cobramos que haja participação e protagonismo dos povos na construção de soluções climáticas, reconhecendo os saberes ancestrais. A multidiversidade de culturas e de cosmovisões, carrega sabedoria e conhecimentos ancestrais que os Estados devem reconhecer como referências para soluções às múltiplas crises que assolam a humanidade e a Mãe Natureza.

3. Exigimos a demarcação e proteção das terras e territórios indígenas e de outros povos e comunidades locais, uma vez que são quem garantem a floresta viva. Exigimos dos governos o desmatamento zero, o fim das queimadas criminosas, e políticas de Estado para restauração ecológica e recuperação de áreas degradadas e atingidas pela crise climática.

4. Reivindicamos a concretização da reforma agrária popular e o fomento à agroecologia, para garantia da soberania alimentar e combate à concentração fundiária. Os povos produzem alimentos saudáveis, a fim de eliminar a fome no mundo, com base na cooperação e acesso a técnicas e tecnologias de controle popular. Esse é um exemplo de verdadeira solução para combater a crise climática.

5. Demandamos o combate ao racismo ambiental e a construção de cidades justas e periferias vivas através da implementação de políticas e soluções ambientais. Os programas de moradia, saneamento, acesso e uso da água, tratamento de resíduos sólidos, arborização, e acesso à terra e à regularização fundiária, devem considerar a integração com a natureza. Queremos o investimento em políticas de transporte público, coletivo e de qualidade, com tarifas zero. Essas são alternativas reais para o enfrentamento da crise climática nos territórios periféricos no mundo todo, que devem ser implementadas com o devido financiamento para adaptação climática.

6. Defendemos a consulta direta, a participação e gestão popular das políticas climáticas nas cidades, para o enfrentamento às corporações do setor imobiliário que têm avançado na mercantilização da vida urbana. A cidade da transição climática e energética deverá ser uma cidade sem segregação e que abrace a diversidade. Por fim, condicionar o financiamento climático a protocolos que visem a permanência habitacional e, em última instância, a indenização justa para pessoas e comunidades com garantia de terra e moradia, tanto no campo quanto nas cidades.

7. Exigimos o fim das guerras e a desmilitarização. Que todos os recursos financeiros destinados às guerras e à indústria bélica sejam revertidos para a transformação desse mundo. Que as despesas militares sejam direcionadas à reparação e recuperação de regiões atingidas por desastres climáticos. Que sejam tomadas todas as medidas necessárias para impedir e pressionar Israel, responsabilizando-o pelo genocídio cometido contra o povo palestino.

8. Exigimos a justa e plena reparação das perdas e danos impostos aos povos pelos projetos de investimento destrutivos, pelas barragens, mineração, extração de combustíveis fósseis e desastres climáticos. Também exigimos que sejam julgados e punidos os culpados pelos crimes econômicos e socioambientais que afetam milhões de comunidades e famílias em todo o mundo.

9. Os trabalhos de reprodução da vida devem ser visibilizados, valorizados, compreendidos como o que são – trabalho – e compartilhados no conjunto da sociedade e com o Estado. Esses são essenciais para a continuidade da vida humana e não humana no planeta. Isso também garante autonomia das mulheres, que não podem ser responsabilizadas individualmente pelo cuidado, mas devem ter suas contribuições consideradas: nosso trabalho sustenta a economia. Queremos um mundo com justiça feminista, autonomia e participação das mulheres.

10. Demandamos uma transição justa, soberana e popular, que garanta os direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras, bem como o direito a condições de trabalho dignas, liberdade sindical, negociação coletiva e proteção social. Consideramos a energia como um bem comum e defendemos a superação da pobreza e da dependência energética. Tanto o modelo energético, quanto a própria transição, não podem violar a soberania de nenhum país do mundo.

11. Exigimos o fim da exploração de combustíveis fósseis e apelamos aos governos para que desenvolvam mecanismos para garantir a não proliferação de combustíveis fósseis, visando uma transição energética justa, popular e inclusiva com soberania, proteção e reparação aos territórios. Em particular na Amazônia e demais regiões sensíveis e essenciais para a vida no planeta.

12. Lutamos pelo financiamento público e taxação das corporações e dos mais ricos. Os custos da degradação ambiental e das perdas impostas às populações devem ser pagos pelos setores que mais se beneficiam desse modelo. Isso inclui fundos financeiros, bancos e corporações do agronegócio, do hidronegócio, da aquicultura e pesca industrial, da energia e da mineração. Esses atores também devem arcar com os investimentos necessários para uma transição justa e voltada às necessidades dos povos.

13. Exigimos que o financiamento climático internacional não passe por instituições que aprofundam a desigualdade entre Norte e Sul, como o FMI e o Banco Mundial. Ele deve ser estruturado de forma justa, transparente e democrática. Não são os povos e países do Sul global que devem continuar pagando dívidas às potências dominantes. São esses países e suas corporações que precisam começar a saldar a dívida socioambiental acumulada por séculos de práticas imperialistas, colonialistas e racistas, pela apropriação de bens comuns e pela violência imposto a milhões de pessoas mortas e escravizadas.

14. Denunciamos a contínua criminalização dos movimentos, a perseguição, o assassinato e desaparecimento de nossas lideranças que lutam em defesa de seus territórios, bem como aos presos políticos e presos palestinos que lutam por libertação nacional. Reivindicamos a ampliação da proteção de defensores e defensoras de direitos humanos e socioambientais na agenda climática global, no marco do Acordo de Escazú e outras normativas regionais. Quando um defensor protege o território e a natureza, ele não protege apenas um indivíduo, mas todo um povo e beneficia toda a comunidade global.

15. Reivindicamos o fortalecimento de instrumentos internacionais que defendam os direitos dos povos, seus direitos consuetudinários e a integridade dos ecossistemas. Precisamos de um instrumento internacional juridicamente vinculante em matéria de direitos humanos e empresas transnacionais, que seja construído desde a realidade concreta das lutas das comunidades atingidas pelas violações cometidas, exigindo direitos para os povos e regras para as empresas. Afirmamos ainda que a Declaração dos Direitos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham nas Áreas Rurais (UNDROP) deve ser um dos pilares da governança climática. A plena implementação dos direitos camponeses devolve o povo aos territórios, contribui diretamente para a sua alimentação, para o cuidado do solo e o esfriamento do planeta.

Por fim, consideramos que é tempo de unificar nossas forças e enfrentar o inimigo comum. Se a organização é forte, a luta é forte. Por esta razão, a nossa tarefa política principal é o trabalho de organização dos povos em todos os países e continentes. Vamos enraizar nosso internacionalismo em cada território e fazer de cada território uma trincheira da luta internacional. É tempo de avançar de modo mais organizado, independente e unificado, para aumentar nossa consciência, força e combatividade. Este é o caminho para resistir e vencer.



ACESSE PARA DECLARAÇÃO COMPLETA

